

# Transcrição

## Comentários acerca da criação da UPA e o processo de sucessão do Reino do Kongo – Angola

Bruno Pastre Maximo\*

Dentre os muitos fatores que levaram a independência de Angola, uma das raízes apontadas são os conflitos originários da sucessão do Rei do Kongo nos anos 1950. Marcum (1969) aponta que foi neste momento que se configurou a posição política e o nascimento do partido que iniciou a luta armada de independência colonial, a União das Populações de Angola (UPA).

Trazemos para o público a transcrição de dois documentos inéditos, até então classificados nos arquivos portugueses, visando enriquecer o conhecimento sobre este momento crucial de formação política do grupo. Para além da UPA, destaca-se que deste mesmo momento também surgiu outro grupo independentista, pouco comentado, chamado NGWIZAKO (MÁXIMO, 2017; 2018).

O primeiro documento se refere a uma carta anônima, escrita após a morte de John Lengo (D. Pedro VII), e enviada para a administração portuguesa. A carta representa e resume, ao nosso ver, os anseios e aspirações políticas dos envolvidos no processo de sucessão do Ntotila (Rei) do Kongo, no ano de 1955. Após um longo governo, não reconhecido por parte do povo, a sua morte iria despertar os sonhos dos nacionalistas em restaurar o Kongo dia Ntotila (Reino do Kongo, em kikongo) e colocar Mbanza Kongo (São Salvador do Congo) novamente no centro das atenções. Este era um desejo principalmente dos expatriados da cidade no Congo Belga, aonde influenciados pela ABAKO<sup>1</sup>, viam a nomeação de um novo Ntotila não atrelado aos

---

<sup>1</sup> O acrônimo ABAKO significa Aliança dos Bakongo. O grupo foi fundado em 1950 pelo bakongo Nzeza-Landu e outros intelectuais com a finalidade de promover o uso da língua kikongo. Entre suas pautas estava valorização da cultura kongo, a criação de um sentimento de união entre os bakongo, incentivo a organização de ajuda mútua, e de forma mais secundária a restauração do Kongo dia Ntotila. Gradualmente o grupo foi alcançando sucesso e a população bakongo, e durante os anos 1950 o grupo se tornou um partido político, que viria ganhar diversas eleições até o triunfo principal, que foi a eleição do primeiro vice presidente do país, em 1960, Joseph Kasa-Vubu. Para maiores informações, consultar VERHAEGEN (1962; 2003)

\* Bacharel em História – UNICAMP; Mestre em Arqueologia - MAE/USP; Doutorando em Arqueologia - PPGan/UFMG. E-mail: pastrebruno@gmail.com.

interesses portugueses como a solução para a restauração do Kongo dia Ntotila, um reencontro com a paisagem ideativa da cidade.

Apesar de a ABAKO – aparentemente – não estar diretamente envolvida, eles viviam neste meio de nacionalismo kongo, e eles, naturais de Mbanza Kongo, tinham a autoridade necessária para buscar uma mudança. Neste momento, os grupos expatriados resolveram que a restauração do Kongo dia Ntotila se daria através da tomada do cargo do Ntotila em Mbanza Kongo.

Em uma reunião para discutir os candidatos e a forma da eleição, apareceram, segundo a fonte portuguesa, um número de 500 pessoas, o que demonstra a importância do tema para os expatriados e a vontade de mobilização política deste grupo.

(...) Leopoldville de cerca de 500 pessoas de Matadi, Thysville, Leopoldville e Brazzaville. Discutiu-se: a Assembleia reúne os homens de boa vontade, independentemente do seu credo religioso. Em tempos idos o Congo foi governado por qualquer um das tribus. Presentemente há uma tendência para ser governado só pela tribo Kivugi. A bem do Congo deviam chegar a um acordo e escolherem um Rei de entre todas as tribus, que desse melhores garantias de capacidade, diplomacia e iniciativa. “Estamos autorizados a que o Rei seja eleito por nós e quem estiver de acordo conosco que levante a mão”. Os católicos mantiveram-se quietos. Interpelados, declararam não ser tradicional o Rei ser eleito em território belga. (...) <sup>2</sup>

As suas conclusões revelam o desejo do grupo de expatriados de Mbanza Kongo em realmente realizar uma eleição legítima no sentido de empoderar o Ntotila com uma legitimidade que então não possuía.

Eles buscavam um Ntotila que representasse os kongo em sua totalidade de regiões, e não somente um grupo reduzido de Mbanza Kongo, situação que ocorrida desde meados do século XIX (THORNTON, 2011, BROADHEAD, 1979, VOS, 2005). É interessante em como a tradição era crucial para a nomeação. Não era uma questão simplesmente política, pois se assim o fosse, eles teriam nomeado outro Ntotila – mais legítimo seguramente – e coroado ele no território do Congo Belga. No entanto, eles poderiam ultrajar a tradição que pregava que o Ntotila deveria ser um representante das 12 tribos, passando por discussões e uma eleição. É muito simbólico o fato do Ntotila ter que ser eleito e coroado na cidade de Mbanza Kongo, nesta época em território angolano. Somente a cidade, é que possui a legitimidade necessária para reconhecer o governante enquanto tal.

Neste momento viramos nossa atenção para o segundo documento, produzido no calor do momento, por um agente colonial português, tentando resumir para seus superiores como ocorreu a sucessão de eventos da escolha e coroação do novo Rei do Kongo. Fica evidente, que o processo não seguiu o desejo dos expatriados, tendo sido escolhido um governante de forma provinciana, na própria cidade e entre os já ligados ao antigo Ntotila. Aos olhos dos expatriados

---

<sup>2</sup> Informações cronológicas e factuais retiradas de “2ª Parte – Antecedentes” - PT-AHD-MU-GM-GNP-RNP-0235-01631.

a eleição foi um verdadeiro golpe. Não esperaram que os representantes do Congo, ou de outras regiões de Angola estivessem presentes para eleição – foi um conchavo de cartas marcadas entre os interessados, comandados pelo administrador colonial.

Dentre o grupo eleitor fica claro o desejo de todos pela eleição de Kidito. Porém este, não sabemos o porque, não agradava a administração colonial. Impossibilitada a sua nomeação, foi orquestrado conjuntamente ao superior católico a nomeação de Antônio Gama. Ele dedicou sua vida a Igreja Católica trabalhando na tipografia e era secretário de John Lengo, portanto próximo do poder colonial. Sua proximidade o fez rapidamente recorrer ao colono para sabotar a eleição. Na ação do administrador percebe-se a intimidade e o poder que ele julgava ter para interferir na questão tradicional. No entanto, sua autoridade foi desafiada pelo Lumbu que o enfrentou e exigiu a eleição de Kidito. Usando de seu poder e ameaça, ele burlou o sistema, inventou uma nova regra e conseguiu impor sua vontade aos velhos. Ele foi recompensado pelo seu “afilhado” Antônio Gama, que em frente do Lumbu submeteu a coroa ao mando dele, um gesto bastante simbólico de submissão. O povo e o Lumbu ficaram inconformados com a situação.

O dia da coroação foi marcado por estes conflitos prévios. A revolta com relação ao Ntotila somente cresceu, com suas constantes ações de ilegalidade e falsidade, que são respondidas a altura pelos expatriados, que estavam muito bem informados da situação corrente.

Já no final de 1955, ficou claro para este grupo que o Ntotila traidor não iria mudar sua posição com relação aos cargos deles no Lumbu. Então, eles planejaram uma grande excursão para a cidade, com o motivo velado de destituir o Ntotila e realizar uma assembleia para nomeação de um novo monarca. Consideramos os eventos decorridos do natal de 1955 como ponto-chave de viragem da situação, e o início do movimento UPNA/UPA. O Ntotila, de forma autoritária e arrogante, tratou os presentes na reunião – muita gente – como escravos, inferiores a ele

Irrita-se e desembainhando a espada a aponta para o céu e em seguida espeta-a na terra, o que simbolicamente significava que quem mandava no céu era Deus e quem mandava na terra era ele. Isto foi o mesmo que chamar escravos a todos os portugueses [população bakongo] do Congo, pelo que todos os assistentes se ofenderam profundamente.<sup>3</sup>

O desejo de diálogo por parte dos envolvidos acabou, e começaram já a tomar um novo rumo de luta e ação direta que não envolvia diretamente a nomeação do Ntotila para o início da sua missão.

---

<sup>3</sup> Informações cronológicas e factuais retiradas de “2ª Parte – Antecedentes” - PT-AHD-MU-GM-GNP-RNP-0235-01631

Os presentes – Borralho e Nekaka – desistiram dos seus cargos após escutarem isso. Parece claro que o povo estava do lado de um Kongo dia Ntotila atuante e que valorizasse a tradição. Este momento também marcou a divisão entre os dois grupos interessados, os Filhos do Congo, embrião da UPNA/UPA, e Liga Muxicongo, embrião da NGWIZAKO. Se aparentemente a questão religiosa era um fator que os dividia, pensamos que o motivo principal seja a da orientação em ruptura de negociações com os portugueses, tomado pelo Filhos do Congo, posição esta que não foi aceita pela Liga dos Muxicongos. Também a questão sobre o poder do Ntotila dentro do Estado colonial. Até este momento, tanto a ABAKO, como os outros grupos faziam críticas diretas a ele, o responsabilizando pelas mazelas do povo Kongo, como um verdadeiro chefe autônomo. A UPA rompeu com este discurso, e já atribuiu o problema do povo ao colonialismo português, aceitando a situação de impotência do Ntotila, ou redimindo o Ntotila dessa responsabilidade.



Fotografia com membros dos Filhos do Congo, incluindo Pinock e Borralho. 1956. In: PT-AHD-MU-GM-GNP-RNP-0235-01631

O fato é que toda esta manifestação contrária, este enfrentamento público à imagem do rei, esta luta pela valorização de melhores condições de vida através do Ntotila fez com que a população apoiasse os movimentos restauracionistas, ingressando em suas fileiras e principalmente adotando suas ideias. Como bem afirmou Marcum (1969; p. 60), a ação dos portugueses em não permitir “(...) ter o rei ou os conselheiros que eles queriam, prevenindo então de ter mesmo um rei, transformou frustração dos monarquistas bakongo em alternativa de organizar um movimento político *sub rosa* como o único meio possível para continuar a luta por reforma política.”

Esperamos que estes documentos possam suscitar pesquisas sobre este momento ainda pouco estudado da luta de independência de Angola, e principalmente, trazer complexidade para o debate historiográfico, ainda muito centrado nas histórias dos dois principais partidos – MPLA e a UNITA. O surgimento da UPA e da NGWIZAKO nos revela um outro modelo de liberdade política, baseado nas referências tradicionais para a construção da resistência e de uma nova entidade política, neste caso, o retorno a um Reino do Kongo independente e soberano. Esta posição destoa bastante da imensa maioria dos movimentos de libertação do continente, que possuíam enquanto ideologia política uma perspectiva notadamente ligada aos movimentos de esquerda do século XX, notadamente o marxismo.

### **Localização do acervo**

Ambos os arquivos se encontram no Arquivo Histórico Diplomático, em Lisboa, na mesma pasta com código PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0235/UI0163, sob o nome Eleição do rei do Congo Belga e situação política em toda a região do Congo. 1º Volume. <http://ahd.mne.gov.pt/nyron/archive/catalog/winlibsrch.aspx?skey=&pesq=3&doc=13638>.

Título: Eleição do rei do Congo Belga e situação política em toda a região do Congo. 1º Volume

Cód. Referência: PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0235/UI01631

Data Inicial: 1953

DATAS DE PRODUÇÃO FIM: 1957

SUPORTE: Papel

DIMENSÃO: Comprimento: 1 U.I. Volume: 1

Resumo: Lista das tribos existentes no Congo; correspondência variada; relatório de serviço de Inspeções de Comando; fichas pessoais de trabalhadores; resumo cronológico da eleição do rei do Congo; relatório vários sobre a situação na região, focos de rebelião e

### **Estruturação e disposição do documento transcrito**

Os documentos originais se encontram datilografados, e desta forma, decidimos por manter exatamente a grafia presente nos documentos, com possíveis erros de digitação e/ou de grafia. O motivo de se manter a grafia tal qual a do documento se justifica pois assim podemos, com relação ao documento nº1, averiguar como as populações locais se expressavam em português, língua esta não materna e possivelmente aprendida de forma rudimentar, seja nas poucas escolas ou em locais ligados a instituições religiosas.

Também mantivemos a mesma disposição de parágrafos, e marcamos a divisão de páginas com a colchete **[fl.]**, em negrito no texto. Somente as linhas é que foram atualizadas para esta versão, não correspondendo ao documento original.

## **Bibliografia**

BROADHEAD, Susan. Beyond Decline: The Kingdom of the Kongo in the Eighteenth and Nineteenth Centuries. *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 12, No. 4. p. 616. 1979.

MARCUM, John. *The Angolan Revolution: The Anatomy of an Explosion (1950-1962)*, Cambridge/Mass. & Londres: MIT Press, vol.1. 1969.

MÁXIMO, Bruno Pastre. *Um lugar entre dois mundos: paisagens de Mbanza Kongo*, 312p, Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

MÁXIMO, Bruno Pastre. Comentários acerca do partido político NGWIZAKO e sua luta pela independência do Reino do Kongo em Angola. *Revista de Fontes*, vol. 5, n. 8. 2018.

THORNTON, John K. "Master or dupe? The reign of Pedro V of Kongo." *Portuguese Studies Review*, vol. 19, no. 1-2. 2011.

VERHAEGEN, Benoît (Org). *A.B.A.K.O. 1950-1960: documents*. Bruxelles: Centre de recherche et d'information socio-politiques, 1962.

VERHAEGEN, Benoit. *L'ABAKO et l'indépendance du Congo belge: dix ans de nationalisme kongo, 1950-1960*. Paris: Harmattan, 2003.

VOS, Jelmer. *The Kingdom of Kongo and Its Borderlands, 1880-1915*. P.H.D. S.O.A.S. University of London. 2005.

**Documento 1:**

Provincia de Angola

Distrito do Congo

Administração do concelho de S. Salvador do Congo

Carta anónima dos Salvadorenses que vivem em Congo Belga. Abandonam a terra natal por acusa dos portugueses. Congo Belge. 4/5/955. Exmo. Senhor Administrador Manuel Martins. De V. Ex<sup>a</sup> são sinceros votos dos nossos cumprimentos. O seguinte temos a plena certeza que esta carta vá lhe encontrar de uma rica saude na continuação do seu rendimento.

Por conseguinte temos a honra de aproveitar a presença da alta personalidade de informar-lhe o seguinte:

1º Sob o respeito do novo Rei, desta vez o Estado não tem nada a ver com isso. Nos estamos aflitos porque agora estamos sem rei.

2º Sob o respeito do Rei, desta vez o Estado não tem nada a ver com isso: porque esse falecido, segundo a gente esteve ouvir que Rei do Congo, mas pelo ao contrário nos estivemos lhe considerar como capitão do Congo, porque foi posto no trono ao estado Portugues, não é os nossos avós que lhe puzeram no trono, ele assentou no nosso trono no intermédio do Estado Portuguez porque ele foi um guerreiro quando ouve a discussão do nosso Buta, como ele o falecido foi bom guerreiro é a razão o Estado Portuguez recompensou-lhe e fez-lhe fingilmente como Rei do Congo para gente saber que temos Rei afinal não ele era considerado como capitão do Congo. E pelo seu reinamento também prova foi bem visto ele estava aos pés do Estado Portugues. andou fazer tudo quanto o Estado quizer, muita gente que foi desterrada em terras estrangeiras sem justiça certa, as matas deixadas aos nossos (abisavós) avós eram entregues aos brancos a gente trabalha “peia” sem ser pago sempre somos considerados escravos, tudo isso que se passou na sua época e ele ficava sempre calado e acreditava tudo isso porque ele era pago ao Estado Portugues, porque ele era como capitão vosso.

3º No entanto voce não tens nada a ver com o reinamento do Congo, desta vez nós mesmos é que vamos preocupar o nosso assunto de organizar e nomear o novo Rei que vai subir no trono nosso, nos também é que vamos pôr os ministros e realizar e dirigir bem a leisislação do nosso Estado.

4º O Estado Portugues entrou em nossa terra não é para nos governar. Os primeiros portugueses adiantaram de entrar aqui em nossa terra, vieram intrujar os velhos que nós não vamos vos governar mas ficamos como amigos. Os Portugueses não pertencem o Congo: a terra de Angola pertence ao povo do Congo, não queremos mais ser como vossos escravos. Queremos viver agora com as leis do nosso Rei do Congo. Porque o senhor Jesus Cristo moreeu e ressuscitou e disse: cá no mundo não há mais escravatura, mas a gente segundo acha que sempre estamos

como vossos escravos sempre o preto é jogado a pé como se fosse uma bola. De maneira que como agora o Altissimo Deus ~~deu~~ nos deu este espirito, o Estado Portugues não tem nada que nos dirigir. Por vem vos dizer a sincera verdade, somos nós é que sabemos a história do Congo e de Angola.

5º És Administrador do Congo segundo a gente ouve mais nós não te consideramos como nosso Administrador porque nós não somos portugueses, tu podias ser congues porque a tua mãe é conguesa, mas como tu enfiaste na linha do Estado, portanto és não é permitido de resolver assunto de numiação do novo Rei do Congo, nós é que temos obrigação de nomiar o novo Rei; isso é com o Povo do Congo não é convosco português não pertence a terra de Angola. Daqui em diante o Portugues não é permitido de nos contandar. Além disso tu Martins és café com leite, és sangue morcego, és sangue misturado.

E para terminar o assunto o Estado Portugues não tem mais poder da nossa sempre o Congo,, no entanto escusado de vos dizer ou explicar-vos a significação do Congo, porque todo aquele que se diz branco Portugues é estrangeiro.

**[fl. 2]** A terra de Angola não é vossa. Os pertencidos do Congo Angola somos nós, embora arrastamos nestas Colonias foras. Sim abandonamos a nossa terra natal por causa do nosso amigo Portugues transfigurou ou transtornou como nosso governante, mas o português quando vinha era já estava o nosso trono. Apoderaram no meio dos missionários, se não fosse assim não podiam. Mas desta vez temos que resolver bem o bem estar do povo do Congo, toda a nossa expontanea vontade é de mandar ir embora o Estado Portugues não nos pertencem, porque ele tem odio de raça.

Desta vamos tratar doutra maneira.

Sem mais nada.

ATENÇÃO

COM OS OLHOS ABERTOS

## Documento 2

No meu regresso da Sede do Distrito, em 16 do corrente, encontrei em Maquela o Chefe do Posto de Buela que ali tinha ido fazer entrega das receitas e com a incumbencia de me transmitir, por ordem do Administrador do Conselho de São Salvador do Congo, o que se estava a passar quanto a ameaças ao Rei do Congo, especialmente uma recebida na véspera e que bastante preocupações tinha causado. Segundo esse funcionário a população europeia, que já havia tido conhecimento dessas ameaças, encontrava-se alarmada e alguns pensavam até em medidas de proteção contra uma possível revolta provocada por elementos indígenas vindos do Congo Belga.

Dada a gravidade da situação relatada, parti para São Salvador do Congo na madrugada de ontem e, logo que aqui cheguei, tomei conhecimento da referida carta e procurei colher o maior numero de elementos para elaboração deste pequeno relatório sobre o assunto.

Essa carta (doc n.º.1) contém criticas e ameaças e, como em outras anteriores, impõe ao rei do Congo a nomeação de 3 ministros, sendo 2 deles escolhidos entre os indígenas residentes no Congo Belga e o outro morador em São Salvador. Este é um assunto que vem sendo debatido desde a coroação do rei.

Como em outras cartas se critica a forma como foi feita a escolha do actual rei e a intervenção da autoridade nesse acto, vou procurar relatar, embora de forma suscinta, o que se passou para melhor se poder ajuizar das pretensões dos autores do grande numero de escritos dirigidos ao rei e Administrador.

Logo que faleceu D. Pedro VII, em 16 de abril de 1955, teve que se escolher o seu sucessor. Reuniu para esse efeito a gente do Klan Kivusi -agregado donde têm saído todos os reis – e ficou assente que seria proposto o indígena Antonio José da Gama.

Porém, a certa altura, por razões que não se conhecem muito bem, começaram apoiar um outro indígena da mesma família -o assimilado Manuel Martins Quidito, muito mencionado em cartas endereçadas pelos indígenas residentes no Congo Belga e África Equatorial Francesa ao Governo, Administrador de São Salvador e actual rei do Congo.

Na reunião para a eleição do rei, a que assistiu o Administrador do Concelho e Superior da Missão Catolica, o NEMUANDA, principal elemento da família Kivuzi e grande da corte, apresentou o candidato Manuel Martins Quidito. Parte dos indígenas presentes, principalmente do ramo protestante e os da família do chefe que em 1914-1918 provocou a guerra contra o rei Manuel Martins, tio do indígena Gama (actual d. Antonio III) concordou e declarou aceitá-lo. O Administrador teve então a sua primeira interferencia perguntando aos grandes ali reunidos se queriam quebrar a tradição, visto o Quidito ser assimilado e todos os antigos reis terem sido indígenas. Lembrou-lhes quinda que na primeira reunião havida depois da morte de D. Pedro VII tinha sido escolhido o indígena Gama. Ficou então resolvido marcar nova reunião para o dia seguinte afim de, maduramente, se poder pensar no caso e resolver em definitivo. Quando voltaram a reunir indicaram o indígena Antonio Gama que foi eleito por todos. O Superir da

Missão Católica, bem como o Administrador do Concelho exerceram grande influencia nessa escolha.

Estou convencido que, se não fosse a acção dessas duas autoridades, o rei seria provavelmente o Quidito. Têm razão, pois, os autores [fl. 2] das cartas enviadas ao Governo e outras pensas a este relatório quando afirma ter a autoridade exercido grande influencia na escolha do actual rei. Se o Administrador e Superior da Missão exerceram pressão sobre os que deviam eleger o rei foi -segundo essas autoridades me disseram- unicamente por terem em atenção os interesses do Estado. Foi isto o que se passou quanto à eleição do actual rei do Congo.

Os indígenas naturais de Angola e residentes do Congo Belga foram avisados da data marcada para a eleição mas não apareceram. Limitaram-se a escrever cartas dizendo que já era tempo de haver um rei protestante e por isso insistiam. Pretendiam, como depois se veio a saber, um que de forma alguma seria aceite. Trata-se de um indígena de nome Necaca, empregado da firma Nogueira de Leopoldville e irmão de um outro tido como agente do movimento MA-MAU.

Contudo, quando aqui apareceram para assistir já é coroação do actual, ainda tentaram por todas as formas impor o tal Necaca, o que não foi aceite. Tentaram depois, logo que o rei foi coroado, impor-lhe a nomeação de um secretário e dois ministros, sendo 2 deles residentes no Congo Belga há dezenas de anos. O rei vacilou mas, a intervenção do Superior da Missão Católica, conseguiu adiar a decisão por 15 dias. Passado o prazo marcado o rei comunicou-lhes que não os podia nomear imediatamente por residirem no Congo Belga. Não se compreendia que gente da corte tão chegada a ele vivesse em território estrangeiro. Que se quisessem efectivamente colaborar com lealdade e isso é que era necessário averiguar – viessem viver em território Nacional. Os interessados continuaram a pedir a sua nomeação imediata. O rei, aconselhado pela autoridade administrativa e Superior da Missão Católica, continuava a manter a recusa. As queixas e ameaças feitas pelos indígenas naturais de Angola e residentes no estrangeiro são motivadas pela firme atitude tomada.

Os indígenas que pretendiam fazer parte da corte, são:

- a) – PINOQUIO -Sub-Chefe reformado da Estação do Caminho de Ferro de Matadi.  
Actualmente é comerciante e tem vários carros de praça.  
Protestante.
- b) – BORRALHO -Comerciante sócio do Pinoquio. Protestante.
- c) – MANUEL MARTINS QUIDITO -Um assimilado que esteve para ser eleito rei e consta ter grandes ligações com elementos suspeitos residentes no Congo Belga.

A insistencia com que é pedida a nomeação destes individuos, indicados por elementos residentes fora do territorio Nacional, leva-nos a suspeitar de qualquer fim oculto. Não se compreende bem que indígenas fozando de tão boa situação possam deixar -e eles estavam dispostos a isso – o modo de vida de que hoje têm para, desinteressadamente, virem para junto do rei trabalhar com lealdade. Por detrás de tudo isto alguma coisa de inconfessável se deve

esconder. Talvez esses individuos tenham sido escolhidos pelos que tomam parte nas reuniões indicadas na carta de Manuel Fernandes Cardoso e apenas a este relatório. Não me repugna acreditar que assim tenha acontecido e que esses elementos pretendam unicamente a entrada na corte para assim poderem agir em nome do rei. Ser-lhes-ia, uma vez nomeados ministros ou conselheiros, preparar indígenas e levá-los a tomar a atitude que melhor servisse os seus suspeitos interesses.

Quando em 15 de Agosto ultimo solicitaram a sua nomeação para os cargos já apontados, tiveram esses individuos o apoio de quase todos os indígenas vindos do Congo Belga para assistir á festa de coroação e ainda de muitos residentes em territorio Nacional -a maior parte protestante. Estes adeptos, segundo disseram, queriam homens que soubessem impor para conseguir certas regalias do Governo e não os velhos conselheiros estúpidos e indiferentes. Pretendiam, segundo eles, desenvolver o Congo com dinh- [fl. 3] eiro por eles arranjado. As estradas nunca mais seriam arranjadas à maneira antiga, mas sim com máquinas por eles adquiridas, caso o Governo não tivesse dinheiro para isso. Os contratos de trabalhadores indígenas deixariam de existir, bem como o fornecimento do pessoal para serviço do Estado. Entrava-se, enfim, uma nova era em que o indigena passaria a viver em condições totalmente diferentes. Esta propaganda, quanto mim muito perigosa, deixa-nos antever o que seria a acção dos tais Pinoquis, Borrallhos e Quiditos uma vez nomeados para os cargos que pretendiam. A doutrina exposta cheira a qualquer coisa de subversivo. Acho que autor da carta junta a Matas. As reuniões em Leopoldville e os assuntos nela tratados são coisas que têm de ser conveniente esclarecidas.

Uma coisa que muito tem irritado os adeptos do Pinoquio e Borrallho é o facto do Superior da Missão Católica ter respondido às cartas endereçadas por eles ao rei. A Missão, quanto a mim, devia agir segundo os superiores interesses da Nação e da Fé mas não se expor tão abertamente.

Ameaçam os indígenas residentes no Congo Belga vir a São Salvador no proximo Natal para deporem, a bem ou a mal, o actual rei, caso este até lá não chame os 3 ministros propostos. Sei que já foram enviadas cartas-panfletos pedindo aos residentes nesta área para se conservarem nos seus povos até a chegada deles. A situação tem que ser encarada com urgencia para se evitar qualquer acto de intranquilidade. As ameaças constantes da ultima carta endereçada ao Nemuanda são muito graves e alguns elementos da população europeia receiam que qualquer coisa se possa vir a dar. Os indígenas começam já a falar na vinda a São Salvador dos residentes no Congo Belga com o fim de tirarem o rei.

Julgo que seria de toda a conveniência o Consulado de Portugal em Leopoldville iniciar as diligencias necessárias no sentido de averiguar o que se passa entre os indigenas portugueses ali residentes e solicitar a prisão dos cabecilhas e sua entrega as autoridades portuguesas caso seja possivel.

O elemento residente em São Salvador, Manuel Martins Quidito, bem como outros suspeitos, devem ser vigiados e presos no momento oportuno.

As autoridades devem exercer a maior vigilância tomar todas as medidas necessárias no sentido de fazer abortar qualquer tentativa para perturbar a tranquilidade do território.

Outras medidas de segurança poderão ser ainda tomadas se as circunstancias o exigirem.

O Administrador de São Salvador do Congo comunicará imediatamente qualquer coisa que chegue ao seu conhecimento e que seja de interesse.

É isto que, por agora, tenho a relatar.-

São Salvador do Congo, 17 de Novembro de 1955.-

O INTENDENTE, INTº.,

Daniel Alves de Araujo

Transcrição recebido em 26/08/2019 e  
aprovado para publicação em 23/03/2020